

Editorial

Paul Cézanne, um dos fundadores da pintura moderna cujas rupturas abriram caminho às vanguardas artísticas do início do século XX, artista obsessivo na busca da perfeição e permanentemente descontente e angustiado com a qualidade da sua produção pictórica (tal como o terá retratado Émile Zola no célebre romance “L’oeuvre”) afirmou, referindo-se à sua obra, que pretendia produzir uma pintura “para os museus”. Num autor sistematicamente relegado para os “salões de recusados” pelos académicos de serviço e hostilizado pela crítica e por grande parte do público, esta explícita procura da construção de um novo classicismo só pode exprimir a recusa de encarar a criação, neste caso estética, como algo de conjuntural e efémero. Num plano completamente diverso, o militante e teórico comunista António Gramsci, durante os cerca de dez anos que permaneceu nos cárceres de Mussolini (de onde saiu para morrer), produziu uma obra intelectual notável, nomeadamente sob a forma de notas dispersas, reunidas nos “Cadernos do Cárcere”, preparatórias de um projecto que nunca viria ser concretizado. No entanto, apesar de desconhecida e não publicada durante várias décadas, a produção intelectual de Gramsci cumpriu o principal desígnio da sua actividade de criação no cárcere, comunicado por carta pouco depois da sua detenção: a de produzir algo “*para sempre*”. Gramsci utiliza a expressão alemã “*für ewig*”, retomando de Goethe a noção de trabalho erudito desinteressado. Com estes dois exemplos pretendo salientar como os actos de criação (estética ou científica), enquanto

necessidade e característica intrínsecas ao ser humano de realizar a “expressão de si”, se inscrevem numa dimensão antropológica que não se acomoda ao efémero, ao imediato, ao utilitário, ao conjuntural. A criação supõe um tempo longo que inclui uma memória, uma visão de futuro e a capacidade de explicitar uma narrativa coerente sobre uma trajectória.

Nos tempos que vivemos afirma-se uma cultura do efémero, do conjuntural, do precário, do utilitário, do curto prazo. Nesta perspectiva não há passado, nem futuro, mas sim a linha de horizonte que um personagem de um romance de Cormac McCarthy (2007, p. 112) define nestes termos: “As pessoas estavam sempre a preparar-se para o futuro. Eu não acreditava nisso. O futuro não se estava a preparar para elas. O futuro nem sabia que elas existiam”. Esta cultura do “novo capitalismo” produz seres humanos adaptados a uma total incerteza e tende a retirar-lhes a possibilidade de viver em comunidade e de pensar e agir artesanalmente, ou seja, como escreve Sennett (2007), “fazer uma coisa bem feita, mesmo que não se obtenha nada com ela”. Acrescenta Sennett que: “só este tipo de compromisso desinteressado pode enaltecer emocionalmente as pessoas, caso contrário, sucumbem na luta pela sobrevivência” (p. 133).

A publicação deste terceiro número da revista *Sísifo* coincide temporalmente com um processo de avaliação global das Unidades e Centros de Investigação, nomeadamente no domínio das ciências sociais e das ciências da educação. As organizações e

os investigadores (na sua vertente de equipas ou na sua vertente individual) vêem a sua actividade sujeita a um escrutínio e a uma análise externas que tem, como ponto de partida, um balanço retrospectivo de natureza auto avaliativa. Nada deverá ser considerado mais normal, nem mais desejável, do que encarar esse processo de explicitação e análise crítica das actividades de investigação como algo que, conduzido com rigor, clareza, na base de regras criteriosas previamente estabelecidas e conhecidas e num lapso de tempo razoável, é absolutamente necessário ao desenvolvimento de uma actividade investigação fecunda, pertinente e que optimize os poucos recursos disponíveis. A prática de uma avaliação externa, regular e exigente, constitui uma necessidade imperiosa que só ganha plena legitimidade se coexistir com a criação de condições favoráveis e propiciadoras de uma actividade científica que, para ser, simultaneamente, fértil do ponto de vista da produção de novos saberes e socialmente pertinente, apela a condições que não têm vindo a ser asseguradas pelas instituições a quem isso competiria.

A “nova cultura do capitalismo” entrou “rapidamente e em força” nas políticas de quem tutela a investigação, em nome, obviamente, da “modernização”, da “produtividade” e da “competitividade”. A crítica a estas modalidades de “modernização” não significa a defesa do “status quo”, nem satisfação com o que tem sido realizado. Exprime, sim, a preocupação e a consciência dos efeitos negativos da imposição de processos de incentivo à produção científica inspirados na divisa “publish or perish”. O campo da produção científica tende a instituir-se como um território onde impera uma espécie de darwinismo, de produção em série, taylorizada, com base numa “mão-de-obra” proletarizada e sujeita a formas de trabalho cada vez mais precárias. O financiamento determina e condiciona os temas e as conclusões do que se estuda (dizia-se, em França, que a criação do Prémio Goncourt fez florescer um estilo literário próprio para tentar ganhá-lo). Os investigadores, em vez de uma comunidade de pares, tornam-se concorrentes e tendem a valorizar o imediato, procurando o máximo de rentabilidade com

o mínimo de riscos. A “bibliometria” que domina a avaliação contribui para promover formas diversas de redundância, para desencorajar a produção desinteressada e “para sempre”, desvalorizando os “clássicos”, o que, felizmente, não consegue impedir que Platão continue a ser bastante citado, apesar de nada ter publicado nos últimos cinco anos. Neste contexto, acentua-se a tendência para a produção científica se centrar na especialização e na fragmentação do saber o que, paradoxalmente, contribui para a sua inutilidade e para transformar o trabalho de investigação num trabalho alienado. Este rumo conduz a uma situação que, é Karl Popper (1999) que o afirma, é trágica, ou mesmo desesperada, e induz por toda a parte “o jovem cientista desejoso de seguir a última moda e o jargão mais recente” (p. 98). Cada vez mais candidatos a doutoramento são sujeitos a um treino, mas não iniciados na tradição de “ser tentado e guiado por enigmas grandes e aparentemente insolúveis”. Se prevalecerem estas orientações que desprezam *de facto* a ciência, menorizando o seu carácter criativo, a tradição crítica e a produção de um conhecimento não imediatamente útil, isso conduzirá, continuamos a citar Karl Popper, “a uma catástrofe espiritual de consequências comparáveis às do armamento nuclear” (p. 99).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MCCARTHY, Cormac (2007). *A estrada*. Lisboa: Relógio de Água.
- CREHAN, Kate (2004). *Gramsci, cultura e antropologia*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- GRAMSCI, António (2004). *Cadernos do cárcere*. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- POPPER, Karl (1999). *O mito do contexto. Em defesa da ciência e da racionalidade*. Lisboa: Edições 70.
- SENNETT, Richard (2007). *A cultura do novo capitalismo*. Lisboa: Relógio de Água.

RUI CANÁRIO

(Lisboa, 31 de Julho de 2007)